



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Narrativas de uma presença: as territorializações da re-existência dos catadores de resíduos no Quarto Distrito

Maria Clara Schilling Sardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. O modo como a sociedade produz a própria existência nos levou à crise planetária atual. Relacionada a demais aspectos da crise, a questão dos resíduos sólidos urbanos e das pessoas que da catação sobrevivem ainda enfrenta a negligência do Estado e da sociedade. Em Porto Alegre, há presença significativa de catadores no Quarto Distrito, antiga zona industrial da cidade, passando atualmente por um processo de transformação liderado pelo mercado imobiliário, que se apropria de conceitos como desenvolvimento e mobilidade, e provoca a remoção física e simbólica de comunidades. Mas a re-existência dessas pessoas que vivem à margem faz com que esse grupo social mantenha cotidianamente seus processos de territorialização, lutando, assim, pelo direito à cidade. Intenta-se discorrer, neste artigo, sobre caminhos para apreensão das narrativas dos catadores de resíduos do Quarto Distrito, que trazem saberes omitidos, que falam como este grupo social tensiona, através das táticas praticadas nos seus processos de territorialização cotidianos, o planejamento urbano neoliberal que produz a cidade-mercadoria. Para trabalhar a escuta das narrativas de memória da pessoa catadora, o trabalho intenta cartografar seus processos de territorialização, através do contato com a sua experiência urbana, sendo um modo de acompanhar processos e evidenciar ações e representações coletivas.

Palavras-chave: Cidade-mercadoria; corpografia; catadores; direito à cidade; narrativas.

Narratives of a presence: the territorializations of the re-existence of waste pickers in the Fourth District

Abstract. The way society produces their own existence has led us to the current planet crisis. Related to other aspects of this crisis, the matter of urban solid waste and the people who make a living by waste picking still faces negligence from State and society. In Porto Alegre, there is substantial presence of waste pickers in the area known as "Fourth District", a former industrial zone. The re-existence of these people who live on the fringe of society makes this social group keep their process of territorialization daily. They fight for their right to the city. It is intended in this article to discuss about ways of capturing the narratives of waste pickers in the Fourth District, which bring out hidden knowledges that talk about how this group creates tension, through tactics they apply in their daily process of territorialization, in the neoliberal urban planning that produces the merchandise city. In order to listen to the narratives of the waste pickers' memories, this work intends to map their process of territorialization, through contact with their urban experience, as a way to follow processes and show collective actions and representations.

Keywords: merchandise city; corpography; waste pickers; right to the city; narratives.

Narrativa de una presencia: la territorialización de la re-existencia de los catadores de basura de los residuos en el Cuarto Distrito.



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Resúmen: *La forma como la sociedad produce su propia existencia nos llevó a la crisis planetaria actual. Relacionada con otros aspectos de la crisis, la cuestión de los residuos sólidos urbanos y de las personas que sobreviven de la recolección, todavía está la negligencia del Estado y de la sociedad. En Porto Alegre, hay una presencia significativa de catadores de basura en el Cuarto Distrito, una antigua zona industrial de la ciudad. La re-existencia de esas personas que viven al margen, hace que ese grupo social mantenga de forma cotidiana sus procesos de territorialidad. Luchan por su derecho a la ciudad. En este artículo, se trata de discutir, sobre caminos para aprehender las narrativas de los recolectores de residuos del Cuarto Distrito, que traen saberes omitidos, que hablan como este grupo social tensiona, a través de las tácticas aplicadas en sus procesos de territorialización cotidiana, el urbanismo neoliberal, que produce la ciudad-mercantil. Para trabajar la escucha de los relatos de la memoria de los recolectores, el trabajo intenta mapear los procesos de territorialización, a través del contacto con su experiencia urbana, como una forma de acompañar procesos y resaltar acciones y representaciones colectivas.*

Palabras clave. Ciudad mercantil; corpografía; catadores; narrativas; derecho a la ciudad.

01. Prólogo

Cida disse-me para ir mais devagar. Dei-me conta que minha pressa cotidiana ao caminhar, guiada por uma ansiedade crônica de cumprir tarefas, atravessava, agora, o ritmo de quem me acompanhava. Ela era catadora de resíduos, amante da fotografia e das artes. Eu, arquiteta, mestranda em Planejamento Urbano e Regional. Saíamos de uma tarde cultural na Ksa Rosa, associação situada na região limítrofe do Quarto Distrito junto ao Centro Histórico de Porto Alegre, na Voluntários da Pátria - área esquecida no imaginário da cidade espetacular, lembrada por interesses do mercado imobiliário e mantida por gente re-existente que desenvolve diariamente diferentes modos de resolver a vida.

Mundos vários compartilhavam aquele espaço-tempo. Do momento cultural em um final da tarde de domingo dentro da Ksa nos aventuramos para a rua. Enquanto Cida e eu negociávamos o ritmo em que a caminhada se desenvolveria, passamos pela esquina da Rua Garibaldi. Chamou-me a atenção a ruptura da tranquilidade de final da tarde de domingo - ali, um carro da polícia militar ostentava o giroflex ligado enquanto o brigadiano revistava um homem contra a parede de um prédio. Não sei o contexto da abordagem, tampouco caberia a mim versar sobre neste momento. Mas o que ficou foi a potência daquela luz intermitente que girava sem parar *versus* a atonia do homem que estava sendo revistado e das pessoas locais que assistiam à cena. Seguimos, como se naturalizada aquela situação estivesse.

Avançamos pela Voluntários da Pátria em direção ao Centro Histórico. Ela ia em direção ao ônibus que a levaria a sua casa em Viamão. Eu ia sem direção alguma. Era guiada por Cida e suas histórias, derivando e devaneando numa conversa descompromissada, gentil, costurada pelo interesse pela catação de resíduos e o que isso impacta na cidade. Falou da condição de ser catadora

individual de resíduos. Que se sentia, através da luta que aprendera com os movimentos sociais, cada vez mais pertencente a este mundo, e que essa luta era fortalecida pelo fato de trabalhar nas ruas.

Seguimos compartilhando palavras. Era hora de Cida entrar no ônibus para Viamão. Se ela ficasse conversando, outro só dali a uma hora. Minha companheira julgou-se sortuda àquela noite, pois havia chegado na parada logo antes de o ônibus partir. Sorte ou uma felicidade fugaz? Peguei-me viajando nas pequenas felicidades possíveis. Lembrei-me do filme “Asas do Desejo”, de Wim Wenders, e do desejo do anjo, ao se apaixonar por uma mortal, de experimentar as felicidades humanas de cada dia, que apesar das dores, também existem.

O saber técnico de uma encontrou o saber das ruas da outra. O primeiro, formado a partir da experiência acadêmica. O segundo, construído a partir da experiência de vida, gravado no corpo de quem se sustenta pela luta diária nas ruas. Ambos saberes incompletos, complementares, não excludentes.

Uma reflexão sobre a costura destes saberes é o que propõe este artigo.

02. Introdução

A questão dos resíduos sólidos urbanos está elencada como um dos aspectos da crise ambiental planetária na qual nos encontramos imersos (PNUMA, 2022). Um dos grupos de atores da gestão dos resíduos é formado pelas catadoras e catadores, que, caminhando pelas ruas, recolhem as sobras de uma sociedade saciada (VARDA, 2000) que os olha com apatia. Mas essas pessoas são como lampejos de re-existência em um mundo de valores descartáveis. Enquanto seres errantes, apresentam respaldo para compreender o que é se deslocar no espaço público e propriedade para debater e propor políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano (CARON et al, 2020. VIRUS).

Este trabalho busca discorrer, uma vez que o planejamento urbano é operado de modo a negligenciar a presença dos catadores de resíduos, sobre a importância dos saberes das ruas, do conhecimento que não está na ciência tradicional. Versa também sobre possíveis caminhos para apreensão dessas narrativas, que trazem conhecimentos omitidos e falam como esse grupo social tensiona, através das táticas praticadas nos seus processos de territorialização cotidianos, o planejamento urbano neoliberal.

O artigo apresenta, além desta introdução, quatro partes. Inicialmente, será problematizada a gestão dos resíduos sólidos na cidade de Porto Alegre, a partir dos catadores. Na sequência, a área do Quarto Distrito será apresentada e discutida, também focando na gestão dos resíduos sólidos urbanos e nas pessoas nela envolvidas. O texto seguinte apresenta o referencial teórico utilizado para embasar reflexões acerca do tema, e sequencialmente são propostos e explorados os caminhos metodológicos. A última parte, chamada aqui de epílogo, encaminha algumas questões que estão em aberto nesta pesquisa que está em andamento.

03. Problematizando os resíduos a partir dos catadores

Vivemos em uma crise ambiental planetária. O PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2022), refere-se a uma tripla crise

planetária, pois revela-se em três problemas: (1) mudança climática, (2) perda da natureza e da biodiversidade, e (3) resíduos e poluição. Eles são relacionados entre si e colocam em risco a saúde humana e ambiental.

A agenda 2030, plano de ação global capitaneado pela ONU que visa a promoção da dignidade de vida para todos, apresenta, nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2022), propósitos claros que intentam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Tais propósitos entrelaçam meio ambiente e pessoas, evidenciando que o gargalo existencial onde a humanidade se encontra não é apenas uma crise ambiental, mas uma crise socioambiental – afinal, é a consequência da maneira como a sociedade produz a sua própria existência. É “um ataque à forma de vida insuportável que adotamos por livre escolha, essa fantástica liberdade que todos adoram reivindicar, mas ninguém se pergunta qual o seu preço” (KRENAK, 2020).

Hoje, o sistema socioeconômico em que vivemos, subserviente à sociedade de consumo - povo da mercadoria, conforme Kopenawa (2015) - e voraz pelo ganho de capital, continua explorando a natureza de forma expressiva. “Estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda”, reflete Krenak (2020). A população consumidora, afastada dos meios de produção, ignora o real valor dos bens e a efetiva necessidade de adquiri-los. Krenak discorre ainda, no mesmo texto, sobre o descolamento da humanidade desse organismo que é a Terra e do quanto, paulatinamente, migramos para a vida em uma abstração civilizatória, que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida e de existência, afirmando a alienação e convencimentos próprios do antropocentrismo. Tal crise socioambiental manifesta-se de forma muito visível no gerenciamento dos resíduos sólidos, cujos atores principais – os catadores das ruas, sofrem negligência do Estado e da sociedade.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012), há entre 40.000 e 60.000 catadores organizados em cooperativas no Brasil. A mesma fonte indica que os catadores individuais no país estão em um número bastante maior e variável, de 400.000 a 600.000. Segundo Gonçalves (2003), os catadores individuais catam por conta própria e preferem trabalhar independentes, percorrendo as ruas das cidades puxando carrinhos. Diferem dos catadores organizados, que se estruturam em cooperativas, dos catadores de lixão (que se instalam nos lixões ou vazadouros e não possuem jornada fixa de trabalho) e dos trecheiros (que vivem no trecho entre uma cidade e outra catando resíduos, basicamente latas, para compra de alimentos). O Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis indica que sejam 800.000, embora reconheça que a informação não é exata. O próprio IPEA, num artigo de 2017, atenta diversas vezes para a necessidade de os dados serem lidos com cautela.

Não há uma estatística precisa acerca do contingente total de catadores de recicláveis no Brasil. As estimativas variam muito, de modo que a construção de um quadro mais realista desta atividade requer um olhar crítico sobre as informações disponíveis em fontes diversas (IPEA, 2017).

No cenário local, Porto Alegre coleta 1.126 toneladas de resíduos por dia. (DMLU, 2022). Deste montante, dos 30% a 40% de resíduos passíveis de

reciclagem, somente 5% são encaminhados para a reciclagem nas 16 Unidades de Triagem, onde trabalham aproximadamente 600 catadores. Não existem dados oficiais do número de catadores individuais na cidade de Porto Alegre. Jorge Cristiano Rosa Menezes, reciclador autônomo em Porto Alegre há 40 anos, estima um contingente de 10.000 carrinheiros na capital (FERREIRA, 2021).

Apesar do baixo índice de resíduos encaminhado para reciclagem na capital, Porto Alegre apresenta um pioneirismo na implantação de coleta seletiva (Curitiba foi a primeira cidade brasileira a implementar coleta seletiva, em 1989. Porto Alegre a fez em 1990). Tal história merece ser revisitada, descortinando as relações entre Estado-política-governos-resíduos ao longo do tempo para ilustrar como a relação entre as pessoas envolvidas na catação de resíduos e a política de coleta seletiva foi se modificando ao longo do tempo, conformando o contexto local.

Em 1990, ano posterior ao início da gestão da Administração Popular em Porto Alegre, o governo municipal iniciou a implementação de um sistema de coleta seletiva que visava não somente à reciclagem dos resíduos em si, mas principalmente à recuperação social de pessoas envolvidas nos dois lixões então existentes na cidade, pessoas essas que viviam junto aos resíduos de forma literal, em condições subumanas, vulnerabilizadas pela relação irresponsável do governo com o gerenciamento de resíduos do município. Nesse novo sistema, houve, por parte do Estado, um grande investimento inicial em educação ambiental (provocando a população que, não só ela é parte do problema gerado pelos resíduos, mas pode fazer parte da solução) e iniciativas de valorização dos catadores que trabalhavam nos lixões da cidade, de forma a recuperar sua dignidade. Tais iniciativas, segundo Silva (2015), basearam-se na conscientização e reabilitação das pessoas que catavam nos lixões da capital: os trabalhadores da coleta seletiva foram realocados em lugares adequados, dentro da área do lixão, mas afastados do local onde aconteciam os desembarques dos caminhões da coleta tradicional. No novo espaço que ocupavam, faziam a triagem da coleta seletiva, formando as primeiras unidades de triagem de resíduos da cidade.

Os 15 anos seguintes, aproximadamente, foram marcados por essa valorização das pessoas que trabalhavam nos/com resíduos sólidos. A gestão municipal continuou investindo em educação ambiental e implementou Unidades de Triagem. Em 2001, a capital sediou o I Fórum Social Mundial, que contou com a participação de aproximadamente 20.000 pessoas, das quais cerca de 4.700 eram delegadas de diversas entidades abrangendo 117 diferentes países. O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade e Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos foram dois dos quatro eixos temáticos em torno dos quais o FSM se desenvolveu. Tais eixos permanecem atuais e cada vez mais urgentes de discussão após 21 anos passados, e relacionam-se diretamente com os resíduos urbanos (sustentabilidade) e as pessoas envolvidas na catação (espaços públicos).

No final da década de 2000, começa a haver um processo de mudança de como a cidade se relaciona com os catadores. Em 2005, foi apresentado aos vereadores de Porto Alegre projeto de lei que intuía proibir VTA (Veículos de Tração Animal - carroças) e VTH (Veículos de Tração Humana – carrinhos/catadores) nas ruas da capital. Embora o projeto inicial tivesse forte

viés na causa animal, impedindo apenas a circulação carroças, houve, de última hora, a inclusão da proibição de carrinhos, acréscimo que teve como justificativa oficial a melhoria do trânsito na cidade. Tal lei foi aprovada em 2008 (Lei Municipal nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, Programa de Redução Gradativa do número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana), fixando o prazo em setembro de 2016 para que houvesse a retirada completa das carroças e carrinhos das ruas da capital. Com a previsão da Copa do Mundo em 2014, a Prefeitura procurou adiantar o prazo para tal retirada, sem sucesso.

Em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010). Nestes 12 anos em que está em vigor, apresentou dificuldades para implementação plena, por motivos diversos – instituição da lei em ano eleitoral, questões culturais na lida com os resíduos, dificuldades financeiras dos municípios para gerenciamento, entre outros. De qualquer forma, ela traz importantes balizadores para políticas que envolvam catadores de resíduos recicláveis, considerando-os agentes facilitadores do respeito ao meio ambiente. Elenca, no seu artigo 7º, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. O artigo 8º faz também alusão a esses profissionais, referenciando o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

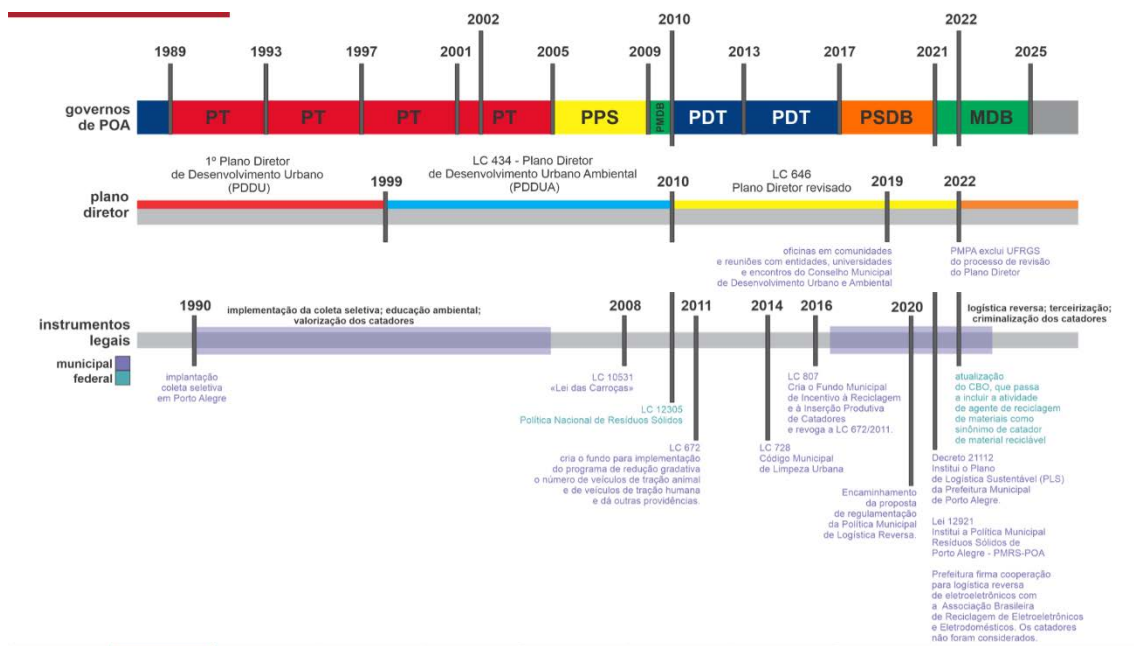
Em 2012, foi lançado o programa Todos somos Porto Alegre, uma política pública de emancipação de carroceiros e carrinheiros, criada em função da lei anterior de 2008. Tal política não atingiu os objetivos esperados (CDES, 2017) e foi concluída em 2016.

Em 2016 entrou em vigor a proibição para circulação de carroças. Os carrinheiros conseguiram uma prorrogação de seis meses para pararem de circular, o que foi estendido mais de uma vez. O último prazo fixado era final de julho de 2022. No último dia 30 de julho, porém, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre trabalhou em proposta de prorrogação do prazo de vigência da Lei, cuja intenção inicial era doze meses, prorrogáveis por mais seis, conforme o avanço de nova política pública em construção. Segundo a PMPA, tal política pública seria uma nova estratégia de geração de oportunidade para o perfil social dos carrinheiros, que envolve captação de financiamento internacional, e prevê uma escuta dos trabalhadores e associações da categoria antes de ser finalizado. Na conclusão deste artigo em meados de dezembro de 2022, uma nova prorrogação está em discussão, embora não tenham sido encontradas informações sobre consultas a trabalhadores ou a associações da categoria. A prorrogação constante da proibição para circulação de carrinhos, que pode ser vista com otimismo pelas pessoas que dependem da catação de resíduos para sobreviver, também nos dá pistas da fragilidade e incoerência do propósito da Lei nº 10.531, que, por falta de base que a justifique, tem sua efetivação retardada. O discurso inicial justificado pelo bem estar animal foi corrompido por uma fala que se aproveita da estratégia de eliminação das carroças para subtrair da paisagem os carrinheiros como forma de favorecer a dinâmica do carro na cidade. Tal subtração refere-se não somente a existências individuais, mas à coletividade de catadores, o que faz parte de um processo de higienização e transformação urbana liderado pelo mercado imobiliário, presente em diversas áreas de Porto Alegre, especificamente no Quarto Distrito. Esse corpo-carrinho-presença que

transporta o que sobra, que ocupa um espaço legítimo na cidade, é assim invisibilizado novamente. E a cidade segue seu fluxo. No carro, o motorista é invisível ao catador – que também não é visto pelo motorista. Um vê apenas o veículo do outro. O catador vê o carro. O motorista, vê “um carrinho-lixeiro”, sem perceber que ali há, de fato, uma presença.

Assim, nos últimos anos podemos ler um movimento em relação à perda de direitos dos catadores de resíduos. Em Porto Alegre, o que entre 1990 e 2005 sedimentou a coleta seletiva – educação ambiental e valorização das pessoas envolvidas com a catação de resíduos recicláveis, foi perdendo-se ao longo dos anos seguintes, em que há um processo de apagamento desse grupo social, principalmente a partir de 2016, com iniciativas de criminalização da catação de resíduos, incentivo à logística reversa, terceirização e minoração de investimentos em educação ambiental. Na linha do tempo abaixo (Figura 1) é possível visualizar a sucessão de instrumentos jurídicos relacionados à gestão de resíduos nos âmbitos municipal e federal, sua relação com os processos de implementação e revisão do plano diretor municipal e modelos de gestão governamental.

Figura 1 - Linha do tempo



Fonte: Elaborada pela autora

04. Problematizando o Quarto Distrito a partir dos catadores

A denominação Quarto Distrito, onde está a área de estudo da pesquisa, refere-se a uma antiga zona industrial da cidade de Porto Alegre. Localiza-se ao norte da capital, abrangendo os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. A proximidade com a zona central da cidade, com grande densidade de serviços e geração de resíduos recicláveis, confere à área uma presença significativa de catadores individuais, Unidades de Triagem e atravessadores (pessoas físicas ou jurídicas que intermediam a negociação entre as ou Unidades de Triagem ou catadores individuais e as indústrias). 30%

das 16 Unidades de Triagem (UTs) conveniadas com a PMPA estão no Quarto Distrito, conforme elucida a Figura 2.

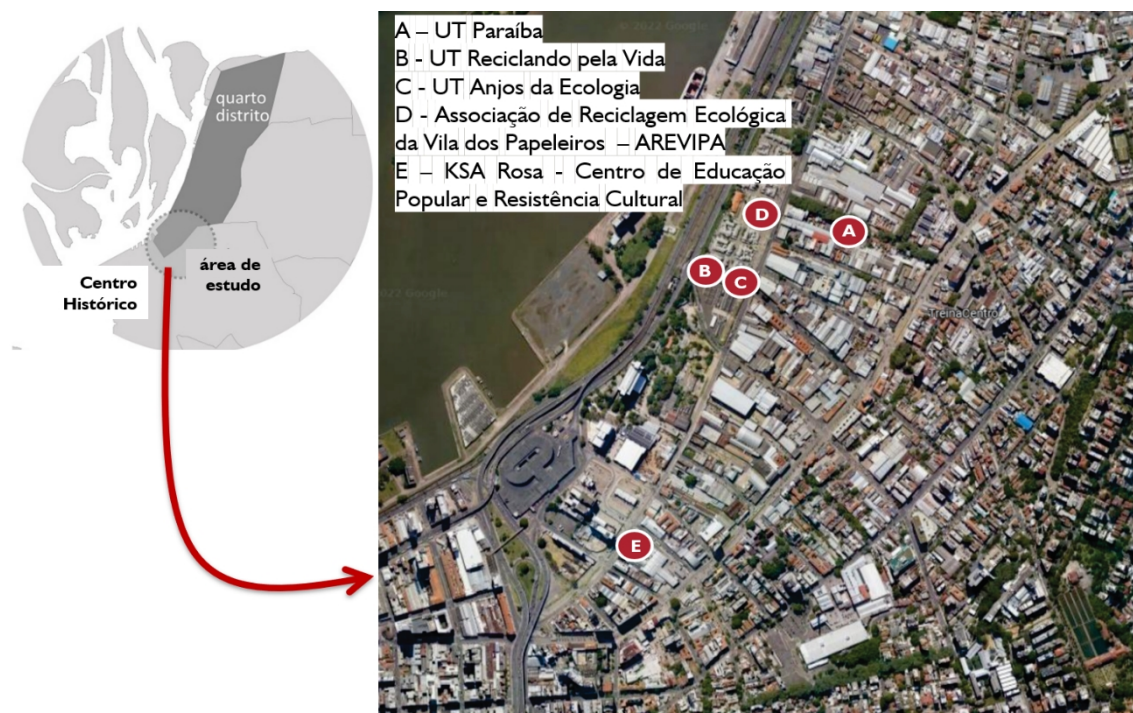
Figura 2 – Localização do Quarto Distrito e das Unidades de Triagem na cidade de Porto Alegre



Fonte: Elaborada pela autora

Especificamente na área de estudo, que fica próxima ao Centro Histórico, existem, além das UTs conveniadas pela Prefeitura de Porto Alegre, algumas iniciativas populares envolvidas com a cadeia de resíduos,. Entre elas, esta pesquisa destaca a Associação KsaRosa e a AREVIPA, ou Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (Figura 3). A KsaRosa é um centro de educação popular e resistência cultural. Funciona como um ambiente de acolhimento a catadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social, e tem na coleta de materiais recicláveis sua principal fonte de renda.

Figura 3 – Localização de locais envolvidos com a cadeia de resíduos junto à área de estudo



Fonte: Elaborada pela autora

O Poder Público Municipal não apresenta um número oficial de pessoas que vivem da catação naquela região. Aqui, a ausência de dados é confrontada por um saber particular e muito pouco trabalhado dentro da academia – o saber das ruas. Esse saber, que parte da experiência de quem vive cotidianamente a realidade local da catação de resíduos, estima que seria em torno de 2000 catadores individuais:

Por cima, 1000 na vilinha - galpões da Arevipa, 1000 Grande Farrapos, Santo André, 500 na costa da Arena, 200 que dormem nos carrinhos e bretes, 200 nas pensões em em volta da Ksa na Voluntários, Comendador Coruja, que puxam para os ferros velhos, cinco que tem da Ksa e o viaduto e quatro da Ksa. (Maristoni Moura, Ksa Rosa, 2022)

Tais saberes das ruas podem ser o único arquivo de memória de determinada pessoa ou grupo, e assim, devem presentificar-se dentro da escrita de uma pesquisa que busca seguir as pistas de uma epistemologia da experiência, através da produção de narrativas urbanas que interpelem a lógica perversa do capital atualmente dominante no planejamento urbano. A presença dos saberes das ruas neste trabalho visa à possibilidade de uma convivência que tem que ser construída entre saberes que são incompletos. Como uma forma de criar diálogo para que a ecologia dos saberes emergja das ruas sem que um conhecimento se sobreponha ao outro (SANTOS; MENEZES, 2010).

A região localizada ao norte da cidade e tangente ao Lago Guaíba, conecta o Centro Histórico da capital com a Região Metropolitana, e é um caldeirão de multiplicidades e história, disputado por forças políticas, econômicas e pela resistência de pessoas que lá engendraram outros modos de existir para além do planejamento dito formal. É hoje palco de um processo de gentrificação convocado com base em um discurso que se apropria de conceitos

como espaço público, participação e sustentabilidade, e provoca a remoção física e simbólica de diversas comunidades.

O Estado ali tem exercido e seu poder soberano através do planejamento urbano, definindo o que é espaço público e o que é interesse público. Nesse exercício de poder, captura territórios e desmonta espaços e modos de viver, cedendo lugar às paisagens para a renda (ROLNIK, 2019). Essas, por sua vez, impõem sua dimensão econômica em uma dimensão jurídico política (HAESBAERT, 2003), mas carecem de uma dimensão (genuinamente) cultural. Para cobrir estes hiatos de cultura e história, o mercado, com a anuência e apoio do Estado, uma vez que o poder decisório está concentrado nas mãos do poder econômico, forja novos sentidos e reinventa enredos, apresentando falsas narrativas, manobras com palavras estrangeiras e imagens ilusórias. Tais enredos inventados incluem o desprezo pela dimensão cultural dos territórios existentes, influenciando sua desterritorialização, conforme apontado por Rolnik (2019), em nome da salubridade, da legalidade e da preservação ecológica e, também, muitas vezes, como instrumento da guerra às drogas, associando a presença do tráfico de drogas ou de outras atividades ilícitas a estes territórios.

Marx (2021), em artigo sobre as transformações urbanas no Quarto Distrito, refere ser importante mencionar a ausência dos catadores de resíduos nos atuais projetos, tanto em termos das alianças priorizadas pelo poder público municipal quanto em relação aos objetivos das iniciativas propostas. Tal afastamento dá-se a despeito da presença história e contínua atuação no território.

Na arena discursiva do Quarto Distrito (Figura 4), os catadores individuais de resíduos urbanos são atores sociais em estado permanente de luta. Ocupam uma posição central por corporificarem a complexidade das contradições lá existentes. A arena é trazida enquanto espaço de disputa da cidade. A condição de discursiva refere-se às tensões existentes nesse espaço entre os discursos oficial e não oficial.

Figura 4 – Arena Discursiva do Quarto Distrito



Fonte: Elaborada pela autora

O processo de transformação urbana em andamento no Quarto Distrito em Porto Alegre, cujo princípio estende-se a toda a cidade, parece considerar algumas “gentes menos gentes que outras”, menos merecedoras de espaços de vida. Grandes empreendimentos econômicos, alheios à escala humana, travam

conflitos permanentes contra quem não tem capital, operando violências cotidianas pra defender a narrativa hegemônica que opera a ideia de competitividade urbana e a inserção de Porto Alegre em um mercado global de imagens.

Mas para quem serve a cidade? Quem conta a história da cidade? Que cidade seria essa contada a partir de histórias individuais, miúdas, de quem vive ordinariamente suas ruas, e põe em xeque esta linearidade e essa força que impele tudo para frente? **O que as narrativas discursivas das catadoras e catadores de resíduos no Quarto Distrito em Porto Alegre podem dizer das táticas cotidianas praticadas nos seus processos de territorialização, e de que maneira elas tensionam o planejamento urbano voltado à cidade-mercadoria?**

Vainer (2000) discorre sobre o conceito de cidade-mercadoria, que seria uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Para estar à venda, essa cidade tem um comprador em potencial e está inserida um processo de planejamento estratégico inspirado em conceitos do planejamento empresarial. A cidade-mercadoria é o palco da sociedade de consumo – fruto do desenvolvimento industrial capitalista, que produz massivamente bens cuja procura fica aquém da oferta. A sociedade de consumo compra e ingere muito além do que necessita, produzindo assim muito mais resíduo que geraria se consumisse com consciência das suas necessidades reais. É a sociedade do excesso: produz, consome e descarta excessivamente.

A figura do catador é, na sociedade do consumo, o corpo-catador desse excesso gerado, que mostra a crise planetária no aspecto mais evidente no espaço urbano, que são os resíduos - tanto a geração desnecessária, que passa pelo consumo, quanto ao mau gerenciamento de sua destinação. “O que um corpo pode fazer?” é a pergunta de Judith Butler, no documentário *Examined Life* (TAYLOR, 2008) a uma mulher com deficiência física com quem caminha lado a lado – a primeira, usa suas pernas para caminhar; a segunda, usa uma cadeira de rodas. Ambas caminham.

Caminham também, puxando seus carrinhos, ou carregando seus sacos, os catadores individuais de resíduos pelas ruas da cidade, apesar das limitações impostas pela carga que conduzem e que coexistem com o estigma social de trabalhar com “lixo”. A atividade de catação, assim, pode ser entendida como um movimento de revolta ao modo de vida imposto pela cidade-mercadoria. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade não se limitaria aos direitos mínimos de acesso à infraestrutura, equipamentos urbanos e habitação, mas é justamente o rompimento, a publicidade do desgosto coletivo, a manifestação. Para além desses direitos juridicamente conquistados e garantidos, todo o ser humano tem direito de alterar de forma democrática o espaço onde vive, transformando a sociedade e cidade desde as raízes do cotidiano urbano: “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001)”. Para o autor essa renovação não se dá por uma decisão do Estado ou por iniciativa do urbanista, mas pela insurgência de cidadãos que irrompem em uma cena de insatisfação com o modo de vida imposto.

A expressão direito à cidade, apresentada por Lefebvre em 1968, pouco antes da onda de protestos iniciada em maio daquele ano na França, apresentava uma crítica à modernidade – e à urbanização nela praticada. Já em 1961 Jane Jacobs era uma voz de resistência a esse modo de fazer a cidade, iniciando o livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades* literalmente atacando o planejamento autoritário então praticado - um funcionalismo modernista, que fragmentava a vida urbana em zonas monofuncionais, reforçando a segregação, como se uma máquina industrial a cidade fosse. A segregação isola as pessoas comuns de uma cidade rica em serviços e infraestrutura, pois essas pessoas da classe trabalhadora são deixadas fora de vista, na periferia de um espaço urbano que interessa à classe dominante, e por ela, juntamente com o Estado, é criado.

O espaço deixado fora de vista, porém, continua existindo, e sendo, paulatinamente, apropriado, tornando-se um território (RAFFESTIN, 1993). O conceito de territorialização, por si só, já remete à ideia de processo, de movimento de apropriação do espaço. Esta pesquisa, porém, pretende abordar também processos de territorialização como modo de fortalecer a ideia de continuidade, de algo que se faz aos poucos, neste caso, pelos homens lentos (SANTOS, 1994) e pobres do cotidiano das ruas do Quarto Distrito.

Santos (2005) refere a importância da constante revisão do conceito de território, pois, sendo o objeto da análise social não o território em si mesmo, mas o seu uso propriamente, varia conforme o contexto histórico em que está inserido. Santos et al (2000) traz o conceito de território usado para referir-se a espaço geográfico como forma a valorizá-lo enquanto resultado do processo histórico e a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socio territorial. A expressão território usado, mais que espaço geográfico, parece, no entendimento dos autores, que carrega a ideia do espaço banal, da ordinariedade:

(...) todos os elementos e a (...) inter-relação entre os fenômenos. (...) o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. (...) espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social (SANTOS et al, 2000)

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares conflitantes – ou seja, refletir sobre tal conceito implica em pensar as relações entre lugar, formação socioespacial e o mundo. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Nesse sentido, seria objeto de trabalho da cartografia da ação (RIBEIRO, 2009). Visto como um todo complexo, o território usado é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. Se o território apresenta diversas e dinâmicas interpretações e propriedades de movimentação, de nascimento e desaparecimento (SOUZA, 2000), discorrer sobre o conceito de territorialização, ou, mais especificamente, processos de territorialização, passa a ser uma incumbência valiosa para o planejamento urbano.

O processo de territorialização praticado pelos catadores de resíduos é cotidiano e incessante, assim como os conflitos sociais também o são, conflitos esses existentes entre diferentes grupos sociais, com diferentes exigências e possibilidades de exercício de poder. Os corpos-catadores fazem o contraponto

ao corpo-mercadoria, produto vazio de sentido e cheio de espetáculo – corpo e desenraizado, correspondente ao tipo de individualismo da última modernidade (RIBEIRO, 2007). No ato cotidiano de catação, ao carregarem junto a si os restos de uma humanidade que consome desenfreadamente, as catadoras e os catadores corporificam a crise socioambiental. A corporificação refere-se aqui ao ato ou efeito de dar corpo a alguma coisa, de tornar matéria algo intangível, concretizar. Neste trabalho, esta palavra é usada em dois momentos, que se referem a perspectivas semelhantes e complementares:

1) A pessoa que cata resíduos recicláveis, na sua atividade errante cotidiana, corporifica a crise socioambiental planetária na medida em que a torna explícita. Ao recolher e movimentar os resíduos que encontra pelo caminho, escancara à sociedade as sobras do seu consumo inconsciente e desenfreado, restos esses carregados agora por um outro ser humano. Os catadores carregam junto ao próprio corpo as marcas dessa acumulação inconsciente. Assim, expõe também a própria crise da humanidade. Krenak (2020), provoca o leitor de Ideias para adiar o fim do mundo, com o questionamento do que seria esta humanidade da qual fazemos parte, que se alienou da natureza e a transformou em mercadoria. Humanidade essa, que como hoje é concebida, não seria a dele.

2) A segunda perspectiva dessa palavra refere-se ao conflito diário vivido pelos catadores de resíduos recicláveis urbanos no contexto da sociedade neoliberal. São pessoas em permanente estado de luta, seres cuja presença pelas ruas apresenta um significado político – não por discursos escritos ou falados, mas pelo corpo que ocupa um espaço a que o discurso hegemônico se refere. Pois o sistema como está hoje articulado maneja o discurso de forma a definir quem está e quem não está incluído na sociedade (BUTLER, 2018). Na sua errância, o catador coloca em xeque esse discurso hegemônico, corporificando uma re-existência diária. Tal expressão é analisada no artigo Existência enquanto re-existência em tempos de medo. Nele, os autores discorrem sobre modos de existência que sejam alternativas aos tempos de medo, e tentam dar consistência ao ato de re-existir como um gesto político cuja ética busca uma mudança social tanto menos ambiciosa quanto mais sensível”:

Diante disso, se esclarece a potência de uma existência enquanto re-existência. Parece que re-existir seja um direito de existência vivo e manifesto. Trata-se do gesto, da forma como um ser existe e existe de fato. É a maneira pela qual um ser consegue encontrar a possibilidade imanente de sua existência, compondo com as circunstâncias e os agentes próximos. (ARRUDA e FONSECA, 2019)

“Ain’t got no, I got Life”, música interpretada por Nina Simone, ilustra a resistência possível de ser corporificada – na canção, a pianista e cantora não tem bens materiais (cigarro, dinheiro), nem relações (família, amigos), tampouco bens imateriais (cultura, classe, escolaridade, amor)... mas tem coisas, arremata, que ninguém pode dela tirar. E discorre sobre, principalmente, seu corpo – seu cabelo, sua cabeça, suas pernas e braços. Seu sexo e seu sangue. É a condição desse corpo ser invólucro de si mesmo, das suas vontades e de sua alma. A canção termina com as estrofes “Eu tenho minha liberdade. Eu tenho a vida”, numa clara alusão à condição de luta permanente que um corpo pode apresentar independentemente da escassez em que viva.

Butler (2018) fala também sobre corporificação ao discorrer sobre a potência e relevância das manifestações como resistência ao sistema neoliberal:

não seria uma forma de exposição e persistência deliberadas, a reivindicação corporificada por uma vida possível de ser vivida que nos mostra a simultaneidade de ser precarizado e agir?

Assim, o caminhar de quem cata resíduos recicláveis é, ao mesmo tempo, a encarnação física da crise socioambiental e a reivindicação materializada pelo direito à cidade. Nas duas situações, manifestos silenciosos. Não incluem relatos escritos nem vocalizados. São corporificados. Para além de verbalizar, eles existem.

Britto e Jacques (2012) referem que o estudo das relações entre corpo e cidade pode facilitar o entendimento dos processos urbanos contemporâneos e, por meio do estudo dos usos urbanos do corpo ordinário, vivido, cotidiano, mostrar alguns caminhos alternativos ao processo de espetacularização das cidades contemporâneas, processo esse que é globalizado e produtor de grandiosas cenografias urbanas.

Da crítica à espetacularização contemporânea, juntamente com o enaltecimento à errância urbana, Jacques (2008) apresentou o conceito de corpografia urbana: “micro-resistências oriundas de uma experiência corporal da cidade, uma cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana da própria cidade vivida, que fica inscrita, mas que também configura o corpo de quem a experimenta”. A ideia de corpografia traz a dinâmica de complicação entre corpo e cidade (BRITTO e JACQUES, 2012). Quais as implicações da presença do catador de resíduos em uma cidade pensada sob a lógica espetacular atual, que busca transformar espaços públicos em cenários desencarnados (BRITTO e JACQUES, 2012)? As autoras ainda dizem que diferentes experiências urbanas podem ser inscritas em um mesmo corpo e diferentes corpos podem experimentar uma mesma situação urbana, mas as corpografias serão sempre únicas (como são as experiências), e suas configurações, sempre transitórias. Através da consideração da experiência cotidiana dos espaços urbanos, o planejamento pode ser continuamente atualizado. Esta experiência da cidade, que se instaura no corpo, pode ser pensada como uma forma molecular de resistência ao processo molar de espetacularização urbana contemporânea ((BRITTO e JACQUES, 2012). O processo urbano hegemônico de espetacularização, sustentado pelo capital financeiro, assegura o predomínio da imagem sobre o discurso. Torna-se, assim, imperioso o resgate do discurso - narrativas que estão na contramão desse processo.

05. Cartografando corpografias urbanas

Se pesquisar por narrativas é pesquisar a experiência (ARFUCH, 2010; CARON, 2019; RICOUER, 1994;), a narrativa como perspectiva teórico-metodológica possibilita a investigação dessa experiência urbana. CERTEAU (2012) escreve sobre a cidade vista do 110º andar do World Trade Center, em contraponto aos praticantes ordinários da cidade. Enquanto vê o conjunto de cima, tem seu corpo não mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei anônima. Junto às ruas, são caminhantes, pedestres, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem ser poder lê-lo. Investigar as táticas praticadas em seus processos de territorialização a partir da narrativa é trazer a experiência para os estudos urbanos,

problematizando a disputa e o direito à cidade a partir do próprio cotidiano das pessoas, ou seja, a partir da cidade real.

Caron et al. (2020) versam sobre as narrativas urbanas enquanto dispositivos projetuais que contestam metodologias de planejamento urbano existentes, distanciadas da experiência vivida dos sujeitos e coletividades. Os autores trazem as narrativas como forma de interpelar planos urbanos que ignoram os sujeitos em suas diferenças e conflitos, que homogeneiza hábitos através do consumo globalizador, que rompe com o sentido de pertencimento entre comunidade e território. Entender uma realidade a partir das narrativas da memória é colocar atenção na experiência do sujeito, na multiplicidade de olhares e vozes que fundam as histórias de vida, as histórias dos lugares, as histórias da cidade (CARON et al., 2020).

Para apreensão das narrativas dos catadores de resíduos e compreensão das tensões, táticas e códigos individuais e coletivos nelas trazidos, esta pesquisa baseia-se no método cartográfico como modo de acompanhar as corpografias implicadas nos processos de territorialização dos catadores no Quarto Distrito. Tal perspectiva de pesquisa mostra a oposição a um trabalho pautado na dicotomia do pesquisador sobre o objeto. A expressão “uma presença” no título, já insinua a pretensa exploração do corpo-catador enquanto força que perturba não somente o planejamento urbano voltado à cidade mercadoria, mas também interpela um corpo-pesquisador e modos de fazer pesquisa que objetificam o outro.

Assim, a cartografia é proposta neste trabalho de forma articulada com a narrativa enquanto perspectiva teórico metodológica - como uma ferramenta que privilegia o contato com a experiência urbana. É um modo de acompanhar processos, ao mesmo tempo que evidencia ações e representações coletivas.

Rolnik (2007), traz que para os geógrafos, a cartografia - diferentemente do mapa, representação de um todo estático - é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. Entender, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. “Para ele não há nada em cima - céus da transcendência -, nem embaixo - brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem” (ROLNIK, 2007). Nesta pesquisa, duas concepções de cartografia são consideradas na composição da metodologia do trabalho:

Para Passos, Kastrup e Escóssia (2015), a cartografia é pensada como um modo de acompanhar processos – a cartografia como pesquisa-intervenção. A abordagem vem da psicologia social - enquanto forma de se relacionar no campo, se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O interesse é pelo que se constitui no campo das práticas cotidianas, e o pesquisador cartógrafo corporifica o processo de pesquisa no momento em que se abre para a escuta/leitura das narrativas. Segundo os autores, a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos. Assim, a cartografia define a conexão entre a experiência do pesquisador no espaço público da cidade e os participantes (catadores individuais, carrinheiros ou não), configurando uma posição ético-política que “experimenta a troca de forças produzidas no encontro, no entre, no mundo compartilhado entre os sujeitos” (SILVA JÚNIOR, 2020).

A pesquisa intervenção, assim, fornece subsídios para elaborar que este lugar da pesquisa enquanto instituição pesquisa e (instituição) pesquisadora está se constituindo. Intervenção porque a pesquisa não compreende para intervir, mas intervém para conhecer - não em dois tempos, mas como um tempo único, onde a intervenção é produção de conhecimento.

A cartografia da ação social de Ribeiro (2009) apresenta uma abordagem que se inscreve na relação entre Geografia e Sociologia, e se alia à perspectiva anterior para colocar em evidência as ações e representações coletivas:

A leitura de resistências à opressão e à exclusão impõe o mapeamento analítico de práticas diárias e das táticas de sobrevivência que têm permitido a afirmação de identidades sociais até recentemente ocultadas pelos projetos políticos da modernidade. Afinal, as reivindicações e os protestos, desenvolvidos no dia-a-dia, também modificam sentidos da ação social e podem ser portadores de futuras consequências estruturais. (RIBEIRO, A.C.T, 2009)

Ana Clara Torres Ribeiro coloca a cartografia da ação como uma expressão dos gestos, das apropriações. Enquanto ação, suas informações podem ser voláteis, subjetivas, e, assim como nas narrativas, podem ser continuamente incompletas. A autora propõe essa cartografia enquanto diretriz de método para a valorização de contextos, lugares e narrativas. Envolve, ainda, a intenção de contribuir para o encontro de formas de representação da vida coletiva que facilitem o enraizamento da questão social e a compreensão dos praticantes de espaços (CERTEAU, 2012).

Silva (2013) traz a importância da produção de cartografias de mulheres e homens simples, de modo a pensarem sua própria condição e ter nesta possibilidade metodológica um instrumento de representação de seu território e de luta social. Envolve mapas-representações simples (elementos mínimos na base geográfica) em que o pesquisador “coloca vida”, trazendo múltiplas vozes, desejos e expressões. Isso traz uma leitura ativa do espaço e contrapõe com os mapas tradicionais – que apresentam/representam ações políticas e econômicas e índices diversos, mas não a ação social. A autora também ratifica que a cartografia social se inicia na pesquisa e não termina com na confecção de mapas. Termina quando o grupo social analisa “o uso da cartografia como instrumento formador de sujeitos de direitos e de possibilidade de construção coletiva do olhar, da identidade e das formas de apoderamentos dos saberes coletivos” (SILVA, 2013). O cruzamento de ambas abordagens da Cartografia possibilita não só a apreensão de narrativas ordinárias de catadores de resíduos do Quarto Distrito, mas a experiência de uma co-produção de histórias.

A etapa de campo em que há a aproximação do corpo-pesquisador com o corpo-catador dá-se através de dispositivos de conversa, que são ferramentas para produção de narrativas. Tibola (2019) explora a importância da expressão “dispositivo” como algo que nos provoca a tentar transformar as relações de poder a partir das micro-relações que a gente constitui no momento em que a gente cria esta possibilidade de um encontro. Svetlana Alexijevich, jornalista bielorrusa, traz no epílogo do livro “Vozes de Tchernóbil” (2016), um pouco da sua experiência de percorrer a então União Soviética recolhendo narrativas de pessoas afetadas pelo acidente nuclear de 1986: “Era o socialismo e era a nossa vida, simplesmente assim. Recolhi através de pequenos fragmentos, migalha por migalha, a história do socialismo ‘doméstico’, do socialismo ‘interior’. Aquele que vivia na alma das pessoas. O que me atraía era esse pequeno espaço – o homem... o ser humano. Na realidade, é lá que tudo acontece.” Svetlana não

chega a descrever no livro propriamente qual(ais) dispositivo(s) usou para apreender as narrativas das mulheres e homens comuns que cederam suas vozes à autora. Mas deixa clara a importância de encontrar meios de recolher sentimentos, pensamentos e palavras cotidianas – enfim, tudo aquilo que “a grande história deixa de lado, que trata com desdém”. Assim, um dispositivo de conversa é uma oportunidade de escutar atentamente o murmúrio da vida coletiva, reconhecendo sinais da tessitura do social (...), sinais estes da vida que “escorre entre os dedos” e de determinantes culturais profundos, que usualmente faltam palavras (conceitos) para a apreensão da sociabilidade transformada em acontecimento (RIBEIRO, 2005).

A pesquisa vislumbra, enquanto dispositivo de conversa, um curso de educação ambiental, na KsaRosa, ministrado POR catadores, A catadores e à comunidade em geral, que tenha interesse em aprender sobre a coleta seletiva e possa replicar conhecimento em outros núcleos sociais. Aqui, o corpo-pesquisador também vira corpo-aprendiz. Tal troca de saberes intenta possibilitar um avizinhamo entre professor e aluno, corpo-catador e corpo pesquisador, rua e academia, que transforme as relações de poder e borre hierarquias existentes.

A organização do curso por si só já é um dispositivo de conversa, pela necessidade de estar COM a KsaRosa para planejar, negociar decisões e discutir a programação. As percepções da pesquisadora são registradas em um diário de campo, para reservar estas memórias e ideias advindas da experiência do curso. É uma contribuição ao acervo narrativo da pesquisadora.

Sequencialmente ao curso, o trabalho propõe a imersão do corpo-pesquisador no território juntamente com o corpo-catador. Igualmente um dispositivo de conversa, consiste no acompanhamento de catadoras e catadores em seus percursos cotidianos de catação de resíduos. Entende-se no acompanhamento, pela pesquisadora, do narrador em dois momentos de percurso. O primeiro consiste na apropriação do território pelo corpo-pesquisador e numa preparação para um segundo momento, também percurso, mas em que haverá o registro audiovisual da atividade.

Em ambos momentos, há o acompanhamento do percurso do catador – caminhada essa que, usualmente solitária, agora alterada pela presença da pesquisadora, ainda obedecerá a urgência cotidiana diária de quem cata resíduos como modo de sobrevivência. Então, o corpo-catador conduz o percurso no espaço físico, e o corpo-pesquisador conduz a deriva do caminhar das ideias. Nessa deriva, são feitas algumas perguntas abertas pela pesquisadora, que levam a outros questionamentos não previstos.

A imprevisibilidade, que caracteriza uma deriva (Careri, 2013), refere-se às narrativas que vêm e moldam um outro caminho, não formado pelas ruas, mas tecido pelas histórias que são contadas. Caminhos paralelos e coexistentes.

As narrativas e corpografias apreendidas no processo cartográfico pretendido podem trazer saberes desprezados que, juntamente com o saber técnico, contribuam com um planejamento urbano para todos. Esta pesquisa, da mesma forma, vislumbra o encorajamento e conseqüente maior participação dos catadores nos processos decisórios referentemente ao planejamento urbano.

06. Epílogo

A gestão de um Estado que tenha os braços dados com o mercado não está comprometida com a promoção social dos catadores de resíduos, sujeitos de direito que, em seu caminhar cotidiano, desenham a cidade e acumulam saberes outros, criando territórios que se organizam fora da lógica colonialista imposta por um planejamento urbano baseado em paradigmas esgotados de desenvolvimento e de acumulação de capital. Enxergar os catadores e restos recolhidos do povo mercadoria (KOPENAWA, 2015) é necessário, na medida em que escancara a nossa relação com o consumo material, incitada por um sistema neoliberal guiado pela obsolescência programada, e, portanto, na geração de resíduos como principal produto.

O estudo da cidade a partir das narrativas e corpografias desse grupo social intenta permitir uma visão pela perspectiva de sua experiência vivida, e não por perspectivas externas. Alexijevich (2016) argumenta que a verdade não se sustenta num só coração. Que ela é de algum modo fragmentada, múltipla, diversa e dispersa pelo mundo. Por isso, a autora se ocupa da história omitida. Assim como pessoas comuns nas aldeias junto à região de Chernobyl, guardadas as especificidades de cada situação, as experiências vividas pelos catadores de resíduos no Quarto Distrito também são histórias preteridas. Para apreender os saberes dessas histórias, antes de tudo, é preciso que sejam narradas, colocadas em palavras, ou gestos.

O saber acadêmico necessita amalgamar-se com saberes outros, saberes das ruas, na busca por um planejamento da cidade que seja para todos. Deve fazer-se presente sob risco de serem preteridas, em um planejamento urbano neoliberal, as comunidades que estão, ou se sentem estar, ameaçadas de despejo e remoção.

A partir da cartografia com os catadores de resíduos do Quarto Distrito, intentamos partilhar conhecimento vindo desse grupo social, que faz parte da cidade e sofre um constante processo de apagamento pelo planejamento hegemônico que incentiva segregações e estabelece exclusões, definindo assim quem é mais ou menos desejado naquele espaço, ou seja, para quem e por quem o espaço é produzido.

07. Referências bibliográficas

ALMEIDA, N. B. L. **Territorialização e lutas pelo espaço em áreas de reestruturação urbana: o caso do IV distrito de Porto Alegre/RS**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, pg. 191, 2021.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs). **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis. Vozes, 2013.

ARFUCH, L. **La vida narrada**. Memoria, subjetividad y política. Buenos Aires: Poliedros – Zona de Crítica, 2018.

_____. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARRUDA, M. A. P. ; FONSECA, T. M. G. . **Existência enquanto re-existência em tempos de medo**. MNEMOSINE (Rio de Janeiro), v. 14, p. 206-218, 2019.

BRASIL. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento. Diagnóstico dos serviços de Água e Esgoto - 2014. Brasília: **SNIS**, 2020.

BRASIL, Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010 - **Política Nacional de Resíduos Sólidos** (PNRS), Brasília,DF, ago 2010.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpo e cidade: coimplicações em processo. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1 e 2, p. 142–155, 2012. DOI: 10.35699/2316-770X.2012.2716. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2716>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. CATADORES de resíduos recicláveis e a Lei Municipal 10.531/2017. **Centro de Direitos Econômicos e Sociais – CDES**, 2017. Disponível em: <http://www.cdes.org.br/catadores-de-residuos-reciclaveis-e-a-lei-municipal-10-531-2017/>. Acesso em: 13 de agosto de 2022.

CARERI, F. **Walkscapes - O Caminhar Como Prática Estética**. São Paulo: Ed. G. Gili, 2013.

CARON, D.; ISOPPO, R. S.; OLIVEIRA, K.; PERSEU, G. M. **Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum**. **VIRUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 30 Dez. 2020.

CARON, D.; CARRERO, R.; SILVA JR, D. V. ; HYPOLITO, B. B. . **Visibilizar as narrativas de rua - A dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal: EDUFRN, 2019.

DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Diálogos sobre o fim do mundo**. Entrevista concedida a Eliane Brum. **Jornal El País**, Madri, 29/09/2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html. Acesso em: 08 ago. 2022

DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há um mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Desterro, Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Vol. I. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2012

FERREIRA, M. Catadores de material reciclável protestam pelo direito de trabalhar em Porto Alegre. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 29 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/29/catadores-de-material-reciclavel-protestam-pelo-direito-de-trabalhar-em-porto-alegre#:~:text=Jorge%20explica%20que%20Porto%20Alegre,municipal%20ou>

%20mesmo%20serem%20presos.

GONÇALVES, G. R. Do urbanismo unitário à crítica ao urbanismo: um percurso sobre a cidade e o urbano na Internacional Situacionista. **GEOUSP Espaço e Tempo** [online], [S. l.], v. 21, n. 2, p. 518-530, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.117516. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/117516>. Acesso em: 3 Jan. 2021.

HAESBAERT, R. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: 11–24, jan., 2003.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Unbral Fronteiras. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/items/show/3065>; Acesso em: 21 de jan. de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos. Brasília: Ipea, 2012.

_____. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Brasília: Ipea, 2017.

JACQUES, P. **Experiência, Apreensão e Urbanismo**. Tomo 1. Coleção Experiências Metodológicas. Salvador: Edufba, 2015.

_____. **Corpografias urbanas**. Vitruvius. Arqutextos, 8, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.093/165>. Acesso em: 30 Mai 2022.

JACOBS, J. **Morte e Vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.

MACHADO, L. B. ; CONSTANTINO, E. **Cenários de Transformação da Habitação no 4º Distrito de Porto Alegre**. In: III ICHT 2019 Colóquio Internacional - Imaginário: Construir e Habitar a Terra; deformações, deslocamentos e devaneios, 2019, SÃO PAULO. Atas do 3º Colóquio Internacional ICHT 2019 - Imaginário: Construir e Habitar a Terra, 2019.

MARX, V.; ARAUJO, G. O. ; SOUZA, V. G. . **Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre**. REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL, v. 8, p. 273-296, 2021.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **A Agenda 2030**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> . Acesso em: 18 Jul. 2022.

O que você precisa saber sobre estocolmo+50. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA**, 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/o-que-voce-precisa-saber-sobre-estocolmo50>. Acesso em 19 Jul 2022.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Unidades de Triagem**. Departamento Municipal de Limpeza Urbana. [s.d]. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113 > Acesso em: 30 Mai 2022.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Projetos e Ações. GT 4º Distrito**. Secretaria Municipal de Urbanismo. 2009a. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150 > Acesso em: 31 maio 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. C. T. Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA / Universidade Federal da Bahia**. Salvador, ano 5, nº especial, p. 105-117, 2007. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/arquivos/arquivo-13.pdf>. Acesso em 14 ago 2022

_____. **Cartografia da ação social : região latino-americana e novo desenvolvimento urbano**. Buenos Aires: Ed.CLACSO, 2009

ROLNIK, R. **É possível política urbana contra a exclusão?** Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

_____. **R. O que é Cidade**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012

_____. **R. Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente**. In: Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.

_____. **R. (2019). Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano**. Indisciplinar, 5(1), 18–43. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741>. Acesso em: 21 janeiro 2021.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; 2007.

SANTOS, B. S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280, 2002

_____; MENEZES, M. P. [orgs.]. **Epistemologias do Sul** – São Paulo: Cortez, 2010

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. _____
Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282

SILVA, C. S. **25 anos de Coleta Seletiva em Porto Alegre : história e perspectivas**. Trabalho de Conclusão de Graduação do Curso de Administração; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. SILVA, C. A.. **Cartografia da ação social: limites e possibilidades da contribuição do fazer geográfico**. In: XVI Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2013, Lima. XVI Encuentro de Geógrafos de America Latina. Lima: © Unión Geográfica Internacional ? Perú, 2013.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TAYLOR, A. **Examined life** (2008). Disponível em: <https://mubi.com/pt/films/examined-life>. Acesso em: 23 dez. 2022

TIBOLA, T. **Futuros impossíveis: uma aproximação de dispositivos de conversa com a pesquisa intervenção**. In: Artur Rozestraten; Marcos Beccari; Rogério de Almeida. (Org.). Imaginários intempestivos: arquitetura, design, arte e educação. 22ed.São Paulo: FEUSP, 2019, v., p. 144-161.

VARDA, A. **Les glaneurs et la glaneuse** (2000). Disponível em: <https://mubi.com/pt/films/the-gleaners-i>. Acesso em: 01 ago. 2022